

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.252.902 - AM
(2018/0041268-3)**

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : PATRIURBIS 02 EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA
ADVOGADOS : KEYTH YARA PONTES PINA - AM003467
RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA - AM009169
RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO E OUTRO(S) -
AM011132
TATIANNE DE ALCÂNTARA AZULAY MELLO E OUTRO(S) -
AM011998
AGRAVADO : JENIFFER AMORIM TERRA REGIS
AGRAVADO : IGOR MANUEL REGIS DE SOUSA
ADVOGADO : LINDONOR FERREIRA DE MELO SANTOS - AM006710

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto por PATRIURBIS 02 EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA. contra decisão proferida pela Presidência desta Corte Superior, assim disposta (fls. 776/777):

Vistos, etc.

Trata-se de AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise dos autos, verifica-se que o recurso especial não foi devidamente preparado, uma vez que não foi recolhida a importância devida a título de custas, de acordo com a legislação local.

Nos termos da jurisprudência desta Corte, "*no ato da interposição do recurso especial, deve ser comprovado o recolhimento do preparo, consubstanciado no pagamento das custas locais (se houver) e do Superior Tribunal de Justiça (Lei n. 11.636/2007), bem como do porte remessa e retorno dos autos (a depender do Tribunal de origem), sob pena de deserção (...)*" (EDcl no AgRg no REsp 1.353.923/RJ, 4.^a Turma, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe de

2/6/2014).

Assim, incide na espécie o disposto na Súmula n.º 187 deste Tribunal, o que leva à deserção do recurso.

Ademais, percebeu-se, no tribunal de origem, a irregularidade no recolhimento do preparo, razão pela qual houve a intimação da parte Recorrente para que o referido vício fosse sanado. Apesar disso, mesmo tendo sido regularmente intimada para efetuar o saneamento, a parte não regularizou. Dessa forma, o recurso especial não foi devida e oportunamente preparado.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários de advogado pelas instâncias de origem, determino a sua majoração, em desfavor da parte Recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2.º e 3.º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, NÃO CONHEÇO do recurso.

Publique-se. Intimem-se.

A agravante refuta a decisão agravada, arguindo que, nos processos eletrônicos, dispensado o recolhimento dos portes de remessa e retorno, não havendo que se falar em deserção do recurso especial.

Requer, outrossim, a retratação desta Relatora ou o provimento do recurso pelo órgão colegiado.

Intimada à fl. 799, não houve impugnação da parte agravada (certidão de fl. 801).

À vista dos relevantes fundamentos das razões do presente recurso, reconsidero a decisão ora agravada, ficando prejudicado o agravo interno, promovendo nova análise do agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (fls. 415/417):

APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADESIVO. AÇÃO RESCISÓRIA. CONTRATO DE COMPRA E VENDA. ATRASO NA ENTREGA DO IMÓVEL. PERCENTUAL RETIDO A TÍTULO DE PERDAS E DANOS. PREVISÃO CONTRATUAL DE RETENÇÃO DE 30%. ABUSIVIDADE. ART. 413, DO CÓDIGO CIVIL. REDUÇÃO PARA 10% OPERADA NA w

ORIGEM. MANUTENÇÃO. DANO MORAL. ATRASO EXCESSIVO. DANO AO PROJETO DE VIDA. VALOR ARBITRADO EM R\$ 10.000,00 PARA CADA UM DOS ADQUIRENTES. RAZOABILIDADE. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMOS INICIAIS DISTINTOS POR IMPERATIVO LÓGICO. VIDE ART. 398 DO CÓDIGO CIVIL E ENUNCIADO N. 362 DA SÚMULA DO STJ. NÃO INCIDÊNCIA DA SELIC. CARÁTER RESIDUAL DITADO PELO ART. 406 DO CÓDIGO CIVIL. SENTENÇA MANTIDA. LUCROS CESSANTES. PRESUNÇÃO INDEPENDENTEMENTE DA DESTINAÇÃO DADA AO IMÓVEL. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NO STJ. POSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO COM MULTA MORATÓRIA. PRECEDENTES DO STJ. RECURSOS CONHECIDOS. APELAÇÃO IMPROVIDA. RECURSO ADESIVO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. A obra já contava com mais de um ano de atraso na data da propositura da demanda. A retenção pela construtora de 30% (trinta por cento) dos valores pagos revela-se, destarte, a abusiva, na medida que foi ela própria que deu causa à tardança e à consequente rescisão do contrato. Redução do percentual de retenção para 10% (dez por cento), em sintonia com o artigo 413 do Código Civil. Precedentes do STJ desta Corte.

2. Tendo em vista que a compra de um imóvel, via de regra, guarda íntima relação com o desenvolvimento de um projeto de vida, é de se concluir que não obstante os Apelados tenham indevidamente deixado de pagar as parcelas após a superação da data inicial de entrega, o descumprimento da Recorrente não perdeu sua lesividade moral.

3. A fixação de R\$10.000,00 (dez mil reais) a título de danos morais para cada um dos dois demandantes mostra-se em consonância com os precedentes jurisprudenciais.

4. A diferença entre os termos iniciais dos juros moratórios e da correção monetária é corolária da lógica imanente a cada um dos institutos, conforme deflui, respectivamente, do artigo 398 do Código Civil e do enunciado n. 362 da Súmula do STJ.

5. Inaplicabilidade da taxa Selic na hipótese, seja por tratar-se de índice que congrega correção e juros de mora - de modo que sua aplicação desde o evento implicaria ilegítimo adiantamento da correção - seja porque, na inteligência do artigo 406 do Código Civil, só se aplica respeito de espécie - a prevê juros mês.

quando o contrato silenciar a juros de mora, o que não se vê na

cláusula 7.1 do contrato (fls. 41) de mora de 1% (um por cento) ao 6. Não tendo os Apelados ingressado na posse do bem, não lhes incumbe arcar com as custas derivadas das despesas condominiais e do IPTU, cabendo tal ônus sim à construtora, pois causadora do atraso.

7. Indisponibilidade do imóvel que não se revela útil e, portanto, merece ser levantada.

8. Consoante jurisprudência do STJ, os lucros cessantes presumem-se em caso de atraso na entrega de imóvel, independentemente da destinação que lhe seria dada pelo consumidor.

9. Admite-se a concorrência da multa moratória com os lucros cessantes, porquanto a primeira tem por fim dissuadir o devedor de incorrer em mora, ao passo que a segunda verba indeniza os prejuízos decorrentes da mora.

10. Os lucros cessantes devem ser calculados pelo percentual de 0,5% (meio por cento) do valor do imóvel, consoante entendimento jurisprudencialmente consagrado, e em relação à multa moratória, deve incidir os 2% (dois por cento) mensais previstos na cláusula 7.1 do contrato (fls. 41).

11. Apelação conhecida e não provida.

12. Recurso adesivo conhecido e parcialmente provido, apenas para deferir o pagamento de lucros cessantes e multa moratória.

Os embargos de declaração opostos na origem, pela ora agravante, foram rejeitados (fls. 507/517); e os da parte ora recorrida foram acolhidos para majorar os honorários advocatícios para 15% (quinze por cento) - fls. 460/467.

Nas razões do especial, a ora agravante alega necessidade de suspensão do processo em virtude da discussão acerca dos danos morais; da cumulação de lucros cessantes com cláusula penal; e da reversão desta.

Argui, também, ofensa aos arts. 489, § 1º, e 1.022, II, do Código de Processo Civil/2015, por omissão do Tribunal de origem, ao não se pronunciar sobre as questões postas em debate nos embargos de declaração.

No mérito, aduz afronta aos arts. 397, 402, 406, 407 e 416 do Código Civil; 51, IV, do Código de Defesa do Consumidor; e 127, 131 e 333, I, do Código de Processo Civil/1973, bem como dissídio jurisprudencial, defendendo a "impossibilidade de cumulação de indenizações contratuais e extracontratuais com indenização por perdas

e danos" (fl. 537). Assevera não ser cabível a inversão da cláusula penal em seu desfavor, bem como a cumulação desta com o pagamento de lucros cessantes; e que "a atualização da condenação deve ser realizada pelo índice da Taxa Selic" (fl. 547), incidindo os juros de mora, "a partir da data da publicação da sentença" (fl. 552). Argumenta, também, que "a retenção do sinal e do percentual de 30% das parcelas pagas é medida legal e justificável à medida que a desistência de qualquer comprador enseja despesas ao vendedor" (fl. 555); e que descabidos os danos morais.

Pretende, ainda, o afastamento da multa aplicada nos embargos de declaração arguindo não haver caráter protelatório no recurso.

Ultrapassado o juízo de admissibilidade e em face do julgamento definitivo nesta Corte, acerca dos temas em que pretendida a suspensão do especial, passo a decidir.

Inicialmente, verifique-se que não há omissão alguma ou ausência de fundamentação na apreciação das questões suscitadas.

Ressalte-se que não se exige do julgador a análise de todos os argumentos das partes, a fim de expressar o seu convencimento. O pronunciamento acerca dos fatos controvertidos, a que está o magistrado obrigado, encontra-se objetivamente fixado nas razões proferidas pela origem.

Esclareça-se, também, que não se traduz em omissão a motivação contrária ao interesse da parte ou que deixe de se pronunciar acerca de pontos considerados irrelevantes.

Observe-se, ainda, que "A jurisprudência é firme no sentido de que os embargos de declaração, ainda que opostos com o objetivo de prequestionamento visando à interposição de recursos nos Tribunais Superiores, não podem ser acolhidos quando inexistentes omissão, contradição ou obscuridade na decisão recorrida" (EDcl no AgInt no AREsp 156.220/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 20/2/2018, DJe 27/2/2018).

No mais, o Tribunal de origem, ao julgar a apelação cível, concluiu: I) que a rescisão foi motivada pela ora recorrente, reduzindo a retenção dos valores pela construtora; II) pelo cabimento da indenização por danos morais; III) pela possibilidade de cumulação de lucros cessantes com multa moratória; IV) pela não adoção da taxa

Selic; V) que os juros de mora referentes aos danos morais incidem desde o arbitramento, assim se pronunciando (fls. 420/438):

(...) a rescisão se deu em função do inadimplemento da Apelante, isto é, do excessivo atraso na entrega do imóvel.

Veja-se que a data prevista contratualmente (fls. 34) para conclusão das obras era 30.06.13. Assim, mesmo em se considerando o prazo de tolerância de 180 (cento e oitenta) dias, o arrastamento do atraso até a propositura da demanda - datada de 20.02.15 - mostra-se inequivocamente desmedido. Diante deste cenário, a retenção de 30% (trinta por cento) dos valores pagos, a título de perdas e danos, revela-se abusiva, na medida que foi a própria construtora que deu causa à rescisão ao superar o prazo de entrega da unidade imobiliária.

Tendo em vista que dita retenção guarda natureza de verdadeira cláusula penal compensatória (dado representar uma espécie de prefixação de perdas e danos a serem potencialmente suportados pela construtora), o artigo 413 do Código Civil o autoriza que o magistrado a reduza quando verificar o descumprimento da obrigação principal.

Nessa perspectiva, acertada a decisão de piso que o a o reduziu para 10% (dez por cento) o percentual de retenção dos valores pagos. Há diversos precedentes tanto no Superior Tribunal de Justiça (vide AgRg no AREsp n. 791.197/DF, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, Julgamento em 24.11.15), quanto nas demais Cortes, chancelando este entendimento.

(...)

Tendo em vista que a compra de um imóvel, via de regra, guarda íntima relação com o desenvolvimento de um o projeto de vida, é de se concluir que não obstante os Apelados tenham indevidamente deixado de adimplir o que lhes cumpria, o descumprimento da Recorrente não perdeu sua lesividade moral.

Sem prejuízo de eventual cobrança ou compensação dos débitos deixados em aberto, é certo que a frustração causada aos Apelados merece ser indenizada.

A fixação de R\$10.000,00 (dez mil reais) para cada um dos Apelados, por sua vez, revela-se adequada, na medida em á que nem é alta o bastante para gerar enriquecimento, nem baixa á a ponto de esvaziar os propósitos punitivo e pedagógico desta medida

reparatória.

(...) os juros contam-se desde o evento danoso, pois, a teor do artigo 398 do Código Civil, nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora, desde que o praticou.

(...)

Por fim, descabe incidência da Selic, seja por tratar-se de índice que congrega correção e juros de mora - de modo que sua aplicação desde o evento implicaria ilegítimo o adiantamento da correção - seja porque, na inteligência do artigo 406 do Código Civil, só se aplica quando o contrato silencia a respeito de juros de mora, o que não se vê na espécie - a cláusula 7.1 do contrato (fls. 41) prevê juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

(...)

Em sede de recurso adesivo, os demandantes vindicam o pagamento de lucros cessantes, alegando que a jurisprudência presume o prejuízo que os enseja, e da multa moratória a prevista na cláusula 7.1 do contrato, ao argumento de que o seria abusivo preservá-la apenas em benefício unilateral da construtora.

A Recorrida, em contrarrazões, rechaça tais pedidos assinalando que os lucros cessantes só se justificariam diante de prova do prejuízo - o que, *in casu*, seria impossível, posto terem os Recorrentes confessado que usariam o imóvel como residência própria - e que dita verba é inacumulável com a cláusula penal moratória ante a coincidência dos propósitos.

Pois bem. Primeiramente, cumpre assinalar que a jurisprudência, de fato, reconhece os lucros cessantes em caso de atraso na entrega de imóvel independentemente da destinação que lhe seria dada pelo adquirente.

(...)

Nessa marcha, a revelada intenção de fixar residência no imóvel não prejudica o deferimento dos lucros cessantes, porquanto seu objetivo, consoante delineado pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é indenizar o consumidor pela indisponibilidade do bem, seja para moradia, seja para aluguel, ante a frustração da legítima expectativa de usufruí-lo a partir de determinado período.

Doutra banda, a cláusula penal moratória visa a desestimular o devedor de incorrer em mora, i.e., dissuadi-lo, mediante a aplicação de uma multa, de não cumprir o que lhe incumbia no prazo pactuado. Vê-se, portanto, que se tratam de verbas com propósitos distintos - a multa moratória tem por fim evitar a mora, ao passo que os lucros cessantes indenizam os prejuízos decorrentes da mora - e que, por

isso, podem incidir simultaneamente em um caso concreto.

(...)

Diante destas ponderações, ressaí nítido que o recurso adesivo merece provimento no tocante aos pedidos de lucros cessantes e multa moratória.

Quanto ao índice para cálculo dos lucros cessantes, deve ser aplicado o percentual jurisprudencialmente consagrado de 0,5% (meio por cento) do valor do imóvel, (...)

Em relação à multa moratória, deve incidir os 2% (dois por cento) mensais previstos na cláusula 7.1 do contrato (fls. 41).

Em relação à pretensão de majoração do percentual de retenção; e da adoção da taxa Selic, a conclusão adotada teve por base o contrato firmado entre as partes, e acolhimento das razões do recurso demandaria inevitável apreciação das cláusulas contratuais, procedimento que encontra óbice nos verbetes 5 e 7 da Súmula desta Corte.

Em relação ao percentual de retenção, não há o que se modificar, visto que esta Corte, em recente julgamento, decidiu que "Nas hipóteses de rescisão de contrato de promessa de compra e venda de imóvel por iniciativa do comprador, é admitida a flutuação do percentual da retenção pelo vendedor entre 10% a 25% do total da quantia paga" (AgInt no REsp 1804123/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 9/9/2019, DJe 11/9/2019).

Acrescente-se que a parte recorrente não impugnou o fundamento utilizado para a redução do percentual de retenção, qual seja, o de que a rescisão deu-se pelo atraso na entrega do imóvel. Assim, inviável o provimento do especial, também, por aplicação da Súmula 283/STF.

No que tange aos lucros cessantes, este Superior Tribunal de Justiça entende que o atraso na entrega do imóvel acarreta a citada indenização que, somente pode ser afastada, em caso de comprovação de que o atraso não se deu por culpa da empreendedora. Nessa direção:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA DE BEM IMÓVEL. ATRASO NA ENTREGA. ART. 1.022 DO CPC. AUSÊNCIA DE OMISSÕES. INDENIZAÇÃO

POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. LUCROS CESSANTES. CABIMENTO. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL E REEXAME DE PROVAS. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

(...)

3. A jurisprudência consolidada neste Sodalício é no sentido de que a inexecução do contrato de promessa de compra e venda, consubstanciada na ausência de entrega do imóvel na data acordada, acarreta, além de dano emergente, figurado nos valores das parcelas pagas pelo promitente-comprador e lucros cessantes. Há presunção de prejuízo do promitente-comprador, cabendo ao vendedor, para se eximir do dever de indenizar, fazer prova de que a mora contratual não lhe é imputável. Precedentes.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1075056/MA, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 15/08/2017, DJe 18/08/2017)

Quanto à possibilidade de reversão da cláusula penal em favor do adquirente, decidido nesta Corte que esta pode ser utilizada como base para a indenização devida pelo vendedor (Tema 971/STJ).

No que se refere à cumulação de multa moratória com lucros cessantes, este Superior Tribunal de Justiça firmou a tese de que "A cláusula penal moratória tem a finalidade de indenizar pelo adimplemento tardio da obrigação, e, em regra, estabelecida em valor equivalente ao locativo, afasta-se sua cumulação com lucros cessantes" (Tema/STJ n. 970). A sintetizar o descrito:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. INTEMPESTIVIDADE AFASTADA. ACÓRDÃO PROFERIDO NA VIGÊNCIA DO CPC/1973. FERIADO LOCAL. COMPROVAÇÃO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. COMPRA E VENDA. ATRASO NA ENTREGA DE IMÓVEL. LEGALIDADE DO PRAZO DE TOLERÂNCIA. PERCENTUAL FIXADO PARA O CÁLCULO DOS LUCROS CESSANTES. CLÁUSULA PENAL. INVERSÃO EM DESFAVOR DA PROMITENTE VENDEDORA. POSSIBILIDADE. COMISSÃO DE CORRETAGEM. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. AGRAVO INTERNO PROVIDO.

(...)

3. Consoante a jurisprudência desta Corte, "reconhecida a culpa do promitente vendedor no atraso da entrega de imóvel, os lucros cessantes são presumidos e devem corresponder à média do aluguel que o comprador deixaria de pagar" (AgInt no REsp 1.723.050/RJ, Relator o Ministro Lázaro Guimarães, Desembargador Convocado do TRF 5ª Região, DJe de 26/9/2018).

4. A Segunda Seção desta Corte firmou tese contrária ao entendimento adotado pelo Tribunal de origem e assinalou que, "no contrato de adesão firmado entre o comprador e a construtora/incorporadora, havendo previsão de cláusula penal apenas para o inadimplemento do adquirente, deverá ela ser considerada para a fixação da indenização pelo inadimplemento do vendedor" (Tema 971/STJ).

5. De outro lado, a Segunda Seção, igualmente em sede de recurso repetitivo, firmou entendimento de que "A cláusula penal moratória tem a finalidade de indenizar pelo adimplemento tardio da obrigação, e, em regra, estabelecida em valor equivalente ao locativo, afasta-se sua cumulação com lucros cessantes" (Tema/STJ n. 970).

6. É válida a cláusula contratual que transfere ao promitente-comprador a obrigação de pagar a comissão de corretagem nos contratos de promessa de compra e venda de unidade autônoma em regime de incorporação imobiliária, desde que previamente informado o preço total da aquisição da unidade autônoma, com o destaque do valor da comissão de corretagem, situação não ocorrente na hipótese, segundo o Tribunal de Justiça.

7. Agravo interno provido para, afastada a intempestividade do recurso especial, dar parcial provimento ao recurso, a fim de reconhecer a possibilidade de o recorrente optar pela indenização pelo período de mora, tomando-se como parâmetro a cláusula penal moratória estabelecida apenas em benefício da incorporadora, mediante liquidação por arbitramento, afastando-se, nesse caso, a condenação ao pagamento de lucros cessantes. (AgInt no REsp 1735131/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 08/10/2019, DJe 21/10/2019)

Por fim, quanto aos danos morais, a conclusão acima reproduzida está em desarmonia com a jurisprudência adotada neste Superior Tribunal de Justiça, que já se posicionou no sentido de que não é cabível a referida condenação na hipótese em que há simples atraso na entrega do imóvel pela incorporadora, pois o dissabor inerente à expectativa frustrada decorrente de simples inadimplemento contratual se insere no

cotidiano das relações comerciais e não implica lesão à honra ou violação da dignidade humana. Orienta, ainda, a jurisprudência que deve haver uma consequência decorrente do descumprimento contratual para caracterização dos danos extrapatrimoniais indenizáveis. Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MATERIAIS E MORAIS. PROMESSA DE COMPRA E VENDA. ATRASO NA ENTREGA. DANO MORAL. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. NÃO OCORRÊNCIA. PRECEDENTES.

1. Nos termos da jurisprudência do STJ, o simples inadimplemento contratual, em regra, não configura dano indenizável, devendo haver consequências fáticas capazes de ensejar o dano moral.

Precedentes.

2. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1780448/RJ, Rel. Ministra de minha relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 01/07/2019)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. OBRA. ENTREGA. ATRASO. DANOS MORAIS.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. O Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que o mero descumprimento contratual, caso em que a promitente vendedora deixa de entregar o imóvel no prazo contratual injustificadamente, não acarreta, por si só, danos morais.

3. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1715930/RO, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/06/2019, DJe 01/07/2019)

Em face do exposto, nos termos do art. 34, XVIII, "c", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, dou parcial provimento ao recurso especial, para determinar que seja feita pelos recorridos a opção entre a indenização pelo período da mora, com base na cláusula penal moratória mediante liquidação por arbitramento, e a condenação ao pagamento de lucros cessantes, nos termos da jurisprudência firmada nesta Corte; e para que seja excluída da condenação a parcela referente aos danos morais.

Superior Tribunal de Justiça

Acolhida parcialmente a impugnação, mantenho os honorários fixados na origem, a serem suportados 80% (oitenta por cento) pela recorrente e 20% (vinte por cento) pela recorrida, suspensa a exigibilidade no caso de prévio deferimento da gratuidade da justiça.

Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora